



RESENHA

MELLO E SOUZA, Marina de. Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (séculos XVI-XVII). São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2018. ISBN 978-85-314-1700-9. 320 pp.

Ênio José da Costa Brito*

Elaborado lentamente ao longo de dez anos de estudos e pesquisas, o livro tornou-se indispensável para todos que se interessam em compreender as entranhas/dinâmicas do processo de colonização de África Centro-Occidental nos séculos XVI e XVII.

Tendo como eixo articulador o comércio, poder e catolicismo, a autora aborda,

A introdução do catolicismo no Congo e na conquista portuguesa de Angola e o modo como algumas populações locais o incorporaram. Também trato de aspectos da presença de missionários católicos no século XVII e de como atuaram na região, das relações que mantiveram com os governos locais e com a administração colonial portuguesa sediado em Luanda (Mello e Souza, 2018, p. 18).

Mello e Souza delimitou claramente sua área de pesquisa “ao espaço compreendido entre a margem esquerda do rio Congo, a margem direita do rio Cuanza e a margem esquerda do rio Luango (Kwango) (p. 19). Respalhada numa rica documentação, como a *Monumenta Missionária Africana* (22 volumes), do padre António Brásio e em relatos de missionários capuchinhos e jesuítas desvela como comércio e religião se fazem presentes nas dinâmicas do processo de colonização da África Centro-Occidental.

A obra está organizada em quatro capítulos intitulados, (1) *Catolicismo: o elo entre o Congo e Portugal*; (2) *Angola: uma conquista dos portugueses*; (3) *Paz e catolicismo em Matamba* e (4) *Combate de religiões*.

Frente ao rico e denso volume de informações, optamos nesta nota bibliográfica percorrer a estrutura do livro, recolhendo/ explicitando as ideias marcantes para num segundo momento tecer breves comentários sobre o conjunto da obra.

Expansão portuguesa e ação missionária

A construção gradual do império português na África Centro-Occidental se deu na base do comércio e da catequese, tendo o catolicismo mediado a aproximação dos portugueses com os congueses.

* Professor Titular do PEPG em Ciência da Religião da PUC-SP e do ITESP. Doutor em Teologia pela PUG (Itália). ORCID: 0000-0002-7730-0760 - contato: brbrito@uol.com.br

Graças ao Padroado, os portugueses controlavam a vinda de missionários para o continente africano. Rapidamente ocorreu a incorporação de práticas católicas pela elite conguesa, devido ao intenso trabalho missionário. Em 1622/1623, com a criação da *Propaganda Fide* para cuidar das atividades missionárias no mundo, “abriu-se a possibilidade dos chefes[africanos] não mais dependerem de Portugal para garantir a presença dos representantes da nova religião, que passou a ser um dos pilares do poder do manicongo” (p. 30).

Já na primeira metade do século XVII, o Congo, graças a sagacidade de seus chefes, inseriu-se num jogo político mais amplo, que recorria ao catolicismo para atingir seus objetivos político-religiosos.

A sociedade conguesa com a qual os portugueses comerciaram por todo o século XVI era complexa, com poder central nas mãos do mani Congo, autoridade máxima, legitimada pelos especialistas em lidar com as forças invisíveis. Para todas as sociedades subsaarianas, o mundo visível estava intimamente ligado ao invisível, deste emana o poder dos chefes, as orientações para vida cotidiana.

Mello e Souza acolhe a explicação dada por Anne Hilton (1985) acerca da cosmogonia bakongo constituída por três esferas: a dos ancestrais, constituída pelos pioneiros que se instalaram no território; a dos mbunda, espíritos da terra e da água e a dos nkadi mpemba, esfera dos espíritos, com poder de proteção e cura.

Desde 1440, os portugueses comerciavam com povos da costa africana, a mercadoria mais procurada era os escravos. Em 1483, chegam a foz do rio Congo, voltando em 1485 e 1491, ano que ocorreu o batismo e a conversão do mani Congo, marco na história dos portugueses na África. No entanto a “adoção do catolicismo deve ser compreendido com referência às características dos movimentos religiosos centro-africanos, iniciados por líderes messiânicos que propõem mudanças a partir da estrutura existente” (p. 40).

Na África, movimentos religiosos renovadores, tendo à frente líderes carismáticos, mesclam ritos, crenças e símbolos pré-existentes com novos elementos, renovando a vida social dos grupos. “Assim, o catolicismo foi assumindo feições muito particulares no Congo. Para os congueses era uma versão mais poderosa de sua religião tradicional, para os europeus, uma forma de catolicismo que incorporava elementos das tradições pagãs locais” (p. 41-42).

Segundo os cronistas portugueses – crônica d’El Rei D. João II de Rui de Pena – à conversão da elite conguesa, milagres e sinais maravilhosos ocorreram, como sonhos, encontro da pedra cruciforme e foram tomados como sinais do além.

“Anne Hilton acredita que o achado da pedra preta em forma de cruz estava diretamente relacionando à dimensão mbunda, que autenticou na esfera dos espíritos das águas e da terra as iniciações pelas quais os chefes acabaram de passar com o batismo” (p. 45). A cruz tanto para os bacongos como para outros habitantes da África Centro-Ocidental era “um importante signo do entendimento do mundo circundante tanto visível quanto invisível” (p. 46). O uso da cruz não ligado à vivência católica entre os bacongos e os ouvibundos era frequente.

A cruz se tornou o ponto de convergência, uma das concepções religiosas europeias e africanas “lugar de correlação, no qual o sagrado se projetava” (cf. Fromont, 2014) (p.

53). A importância da cruz explica a enorme produção de crucifixos no Congo (Séculos XVII), com o nome de Nkangi Kiditu. Kiditu significa Cristo e nkangi, amarrado, fixo ou proteção.

Essas pequenas esculturas “têm elementos nitidamente africanos, como os traços fisionômicos e penteados das imagens, e a presença bastante comum de duas ou mais figuras, sentados ou ajoelhados nos braços da cruz” (p. 54).

A presença em muitos crucifixos de duas figuras sentadas ou ajoelhadas nos braços da cruz, sinalizava uma interpretação eminentemente conguesa do símbolo cristão. Dada a importância dos gêmeos na cultura bagongo, a autora associa essas figuras e eles.

Uma das consequências da incorporação do catolicismo pelo mani Congo foi a destruição dos “ídolos” e dos minkisi, objetos considerados pelos missionários como diabólicos. A essa destruição seguiu-se a introdução de novos objetos de culto: imagens de santos, rosários e crucifixos. Os crucifixos assumem o lugar dos minkisi, que regiam questões relacionadas a vida social e ao poder. Integrando ainda mais a nova religião na sociedade conguesa, indo, pois, além da integração que ocorrera com a pedra cruciforme, que conectara a cruz à dimensão mbumda, dos espíritos das águas e da terra.

Ao buscar apoio no catolicismo, os chefes adquiriam autonomia frente aos sacerdotes tradicionais, Kitomi e Baganga. Os mani Congo mandaram construir igrejas sobre os túmulos dos antepassados, as missas passaram a serem vistas como culto aos antepassados.

Ao acompanhar a trajetória da cruz no universo simbólico congues constata-se o jogo de troca de significados, os crucifixos já tinham agregado funções de amuletos ligados à dimensão nkadi mpemba e mbumda. “O papel do mani Congo e dos chefes nos atos da chamada ‘conversão’ aponta para íntima associação entre o poder constituído e a incorporação de ritos trazidos pelos estrangeiros portugueses” (p. 63).

Conexões entre catolicismo e comércio

Sob o governo de dom Afonso (1456-1542/1543), uma forma africana de catolicismo se enraizou no Congo, sem romper com as velhas tradições religiosas ao incorporar elementos cristãos. “Ao fazer uma aproximação entre objetos e situações considerados equivalentes, congueses e missionários europeus fizeram traduções de elementos estrangeiros para seus respectivos sistemas cognitivos (p. 64-65).

Há uma documentação abundante sobre o período em que o Congo esteve sob o governo de dom Afonso. Documentação reveladora tanto do projeto português de lusitanização do Congo – confirmados pelo Regimento de 1512 de dom Manoel e pela carta de dom João III de 1529 –, quanto do desejo de dom Afonso de preservar o seu poder sobre o território e a população conguesa. Na Carta de 1529, dom Afonso receosa de perder o controle político, comercial e religioso, queixa-se tanto dos comerciantes quanto dos missionários.

Nesse projeto, a conexão entre catolicismo e comércio fica claro. No entanto “a inserção do Congo no circuito atlântico de trocas, a se consolidar em conexão com a introdução do cristianismo e com a lusitanização do governo e da sociedade, parecia não caminhar de forma esperada após o envio do regimento de 1512” (p. 76).

A coroa portuguesa, sem poder subordinar oficialmente o Congo tentava obter essa subordinação através de artifícios. Subordinação, que abriria o caminho para o controle e acesso de preciosas mercadorias, como escravos, cobre e marfim.

No início do século XVI, o interesse português já não era o cobre mas os escravos. O que gerou ataques a vizinhos para obtenção deles. Um dos celeiros foi Macoco (Tio, Teke, Anzico), uma região vizinha do Congo. No território de Macoco estavam localizadas as principais feiras, que atraíam tanto congueses como portugueses de São Tomé.

Dois fatores contribuíram para a transformação de dom Afonso num soberano vitorioso e poderoso: o catolicismo e o comércio que dava a ele o acesso aos produtos europeus. Nesse jogo de interesses, “se havia também a intenção política, de ao controlar a religião, controlar os povos, isso não ocorreu no caso do Congo” (p. 78). A recepção do catolicismo se deu na dinâmica dos movimentos religiosos, que ao perceberem que as antigas tradições não tinham respostas suficientes para a nova realidade que se instaurava, empreendiam um processo de mudança.

A conquista da Angola

O comércio com os portugueses ocorria à margem das normas da coroa, principalmente, com os estabelecidos em São Tomé e perdurou por todo o século XVI. Na segunda metade desse século essas relações comerciais se expandem para o sul do Congo, terra dos ambundos (mbundu), região chamada de Dongo (Ndongo), que mais do que uma delimitação territorial, indica um grupo de pessoas submetidas a uma autoridade maior. Com uma estrutura sócio-política semelhante à dos vizinhos do norte, tendo como chefe principal o soba, que como os sacerdotes relacionava-se com o sagrado.

No século XVI, o título de ngola fortaleceu-se, o detentor desse título aparece nas fontes como ngola-a-kiluanji, ele congregava em torno de si vários chefes, como o Dembo de Matamba.

Na segunda metade do século XVI, chefes ambundos procuram estabelecer um contato direto com Portugal, que viu no pedido a oportunidade de controlar o comércio na região. Em 1575, uma expedição colonizadora, comandada por Paulo Dias de Novaes, desembarca em Luanda, espaço de domínio do principal chefe do Dongo, implantando na ilha o centro da colônia. Passado algum tempo, desloca-se para o litoral, dando início a um longo processo de ocupação do território, ocupação violenta que instaura o terror entre os ambundos, como nos relata o missionário Baltazar Afonso, em carta para o padre Miguel de Sousa. “Essa carta, além de explicitar um padrão de conquista que vigorou ainda por cerca de um século, indica a postura adotada pelos jesuítas, segundo a qual a submissão pelas armas era condição indispensável para a conversão ao catolicismo” (p. 97).

A missão evangelizadora falhara no Congo, assim, em Angola buscou primeiro submeter os povos pela força das armas e depois convertê-los. O interesse português era mesmo o comércio de escravos e as minas de prata.

Graças à aliança com os jagas – povos guerreiros nômades –, os portugueses conseguiram submeter os sobas e ngolas e estender a conquista para o interior da África Central Ocidental, através da “guerra preta”.

A embaixada de 1621, chefiada por Njinga Mbandi, estabelece com o governador João Correia dos Santos um tratado de mútua assistência, que no entanto não foi cumprido. A importância dada a embaixada e ao batismo de Njinga Mbandi, confirma uma vez mais ser a aceitação do catolicismo condição para a paz.

Em 1624, Ngola Mbandi morre e Njinga Mbandi assume e resiste ao avassalamento aliando-se aos jagas. O governador Fernando de Sousa declara guerra justa a ela e, apoia outros candidatos ao cargo de Ngola, como Airi Kiluange (1626- 1664), o que facilitou a submissão do Dongo - formado por um conjunto de chefaturas aliadas - , à coroa portuguesa.

Os portugueses sabiam que não era unânime entre os sobas do Dongo a aceitação da autoridade do Ngola Airi. Para muitos sobas as legítimas herdeiras do título de ngola eram as duas irmãs de Njinga capturadas na guerra contra ela Fungi e Mocambo, sobretudo esta última (p. 113).

Os grupos guerreiros, nômades expulsos do Congo, em 1568, chegaram a região do rio Cuanza, em 1572, eram chamados pelos portugueses de jagas e pelas fontes de imbangalas. Diferentemente dos ambundos com suas leis de linhagem/ parentesco, se organizavam em *Kilombos*, acampamento provisório, circular, cercado por troncos e com portões. “O *kilombo* era uma sociedade iniciática, uma confraria guerreira em constante treino militar, uma estrutura política centralizada, um local sagrado onde ocorriam as iniciações e acessível apenas aos iniciados” (p. 120).

Os jagas ajudaram os portugueses na guerra de conquista. Contudo,

foi o sistema de subordinação dos sobas ambundos que deu as bases da constituição de Angola, pois, por meio dele, tiveram de enviar tributos aos representantes do rei de Portugal, abrir suas terras à passagem dos comerciantes e à instalação de feiras, guiá-los no conhecimento do território e compor seus exércitos (p. 124).

O principal alvo da ação bélica portuguesa, após 1622, foi Njinga, que se fortificara tecendo aliança com grupos jagas, “Ao se tornar esposa do jaga Caza, adquiriu mais um título, incorporou-se ao *Kilombo* deste e passou a viver segundo as leis *kigila*” (p. 125). Estabeleceu, também, relações comerciais e políticas com os holandeses, que mais tarde ocuparam Luanda e só foram expulsos em 1648.

Nesse contexto de instabilidade, Njinga alternava suas identidades conforme as circunstâncias, transitando entre ngola do Dongo, portanto, ambunda; chefe jaga e *tembanza*, detentora de poderes especiais; e dona Ana de Sousa, cristã batizada e iniciada na religião dos brancos (p. 141).

Njinga combatia os portugueses, mas desejava suas mercadorias, além de respeitar a religião dos brancos. Ela envia embaixadas solicitando missionários e a libertação de sua irmã Mocambo, dona Bárbara, sua preferida para sucedê-la no governo de Matamba. “Mocambo era a peça chave no projeto político de Njinga, de preservação do seu Estado” (p. 157). Em 1655, Njinga enviou uma carta ao governador Luis Martins de Sousa Chichorro (1654-1658) propondo a paz com a condição que Mulambo fosse libertada. A câmara e os jesuítas se opuseram, mas o governador e os capuchinhos trabalharam para construir a paz.

Das condições impostas para firmar a paz, Njinga não aceitou pagar um tributo ao rei de Portugal, daria um donativo anual. Graças à atuação do mediador, o capuchino Gaeta, a paz foi selada. “A paz era indispensável para todos, sem ela não haveria continuidade para Matamba, a missão de cristianização fracassaria e os territórios continuariam intransitáveis para as caravanas carregadas de riquezas comerciais” (p. 166). Após o tratado de paz, Njinga anunciou mudanças drásticas no âmbito das tradições religiosas, com aval de Antonio Gaeta e depois Cavazzi. Todo o processo de paz confirma as estreitas relações entre religião e poder, tendo no cristianismo a legitimação.

As fontes relatam uma “segunda conversão de Njinga”, por ocasião do resgate de Mocambo, conversão precedida de sinais do além, como do crucifixo encontrado nos despojos de guerra. Fato narrado pelos capuchinhos Antônio Gaeta e Serafim de Cordona e repetido pelos africanos. “O símbolo da cruz é central na construção do episódio, no qual situações inusitadas são percebidas como milagrosas” (p. 179).

Para congueses, dembos, ambundos e jagas a paz estava relacionada com a aceitação do catolicismo.

Para Njinga, a aproximação com o catolicismo, que implicava abandonar ritos jagas como o impedimento da procriação dentro do *Kilombo* e sacrifícios humanos ritualísticos, estava de acordo com um projeto de ambundização, de volta a uma vida sedentária e em paz e não mais nômade e guerreira, como tinha sido a sua desde que fora afastada da chefia do Dongo pelos portugueses (p. 193).

Esse abandono das práticas idolátricas não ocorreu nem em Matamba, nem Cassagne, onde o batismo dos chefes foi um gesto mais formal, base para estabelecer a paz e o comércio com os portugueses. O povo queria voltar às “práticas idolátricas”, como festejar o Tambo, cerimônia fúnebre tradicional com sacrifícios humanos.

Njinga faleceu em 1663, no ano da inauguração da Igreja Nossa Senhora de Matamba, sua irmã Mocambo, em 1666. O catolicismo em Matambo durou pouco, não conseguindo se sobrepor às práticas tradicionais, e após a morte de Njinga, com o início das disputas sucessórias, os ritos católicos foram abandonados em muitas regiões e os missionários foram hostilizados.

No século XVII, a conversão dos chefes ambundos (como Angola Airi e Pombo Samba) e jagas (como Cassanje e Njinga) foi de natureza bem diferente do que ocorreu no Congo no final do século XV e início do XVII. Nesta estiveram presentes fatores maravilhosos e que remetiam a conexões com o além (p. 214).

Implantação do catolicismo

O catolicismo enraizado com religião de Estado no Congo durante o século XVI, legitimava o poder das chefaturas locais, que insistentemente pediam missionários a Roma. Os capuchinhos, enviados pela Propaganda Fide, não estavam ligados aos projeto colonizador como os jesuítas, que se envolveram em questões econômicas e se faziam presentes nos centros de poder. Perto do povo e dos sobas, os capuchinhos conseguiram atuar como mediadores nas inúmeras crises políticas.

“Além dos capuchinhos e jesuítas, temos que considerar um outro conjunto de agentes de disseminação do catolicismo na região: os sacerdotes e interpretes nativos” (p. 235). Padres nativos, em geral filhos de chefes, formados em Lisboa, Bahia e nos colégios de São Paulo de Luanda e São Salvador do Congo, contribuíram para a consolidação do catolicismo, em especial no século XVII.

Em muitos momentos, os padres nativos estiveram “à frente de um catolicismo independente de Portugal e de Roma, regido por normas próprias, nas quais a introdução de novos símbolos e práticas não implicava no abandono das antigas” (p. 244).

Na tensa implantação do catolicismo na região, a figura dos chefes teve peso, pois, atuaram como mediadores/intermediários entre as esferas do visível e do invisível, entre os missionários e os hanganga e kitome, responsáveis pela harmonia entre as pessoas e os espíritos.

Assim como os conquistadores portugueses impuseram sua lei naqueles territórios pela força das armas, os missionários que buscavam salvar almas conquistando-as para a lei de Deus recorreram à força dos símbolos, teatralizando sua luta contra os ritos que entendiam ser diabólicos (p. 260).

A missão visava, fundamentalmente, ministrar o batismo para salvar a alma dos africanos. “O que as fontes raramente deixam transparecer são os significados que o batismo, tinha para os centro-africanos” (p. 268).

Os missionários, além de contar com a ajuda dos meninos educados nos colégios, utilizavam os mais diversos recursos, como: pregação, rezas, missas, levantamento de cruzes, procissões, catecismo em quimbundo, gravuras, debates tudo para evangelizar os africanos. “Ao perceber que o preço para aceitação das novidades que lhes eram apresentadas era abandonar as próprias tradições desinteressavam-se da pregação” (p. 270).

Considerações finais

A chamada “primeira evangelização “da África Centro Ocidental ocorreu nos séculos XV, XVI e XVII, primeiro no Congo e depois no território que os portugueses chamaram de Angola.

Além do invisível realça bem as inúmeras situações de encontros culturais, ao apontar processos de ressignificação simbólica por parte dos africanos de objetos religiosos apresentados pelos missionários. O exemplo mais notável é o da cruz que ganha destaque nos rituais africano e é vista como um símbolo poderoso. Nas palavras da autora: “símbolos cristãos serviam de amuletos de proteção, símbolos de poder dos chefes, eram portadores de capacidades curativas e propiciavam boa caça” (p. 214).

O catolicismo conguel tem sua gênese num processo dinâmico de reelaboração. “Um processo em todo diferente do que prezava a cultura cristã ocidental, para a qual o que não fosse a ela semelhante deveria ser reduzido, sem concessões de qualquer ordem” (p. 83).

A perspectiva adotada pela autora para desvelar a dinâmica interna do processo de conquista e de acompanhá-lo, a partir do olhar africano possibilita uma análise de perfil original. Deve-se perguntar: como os dirigentes africanos e a população a partir de sua visão de mundo, de sua cosmopercepção recebeu e compreendeu o processo

de expansão do catolicismo? Um dos traços marcantes que emerge da narrativa é o da íntima relação entre paz e aceitação do catolicismo.

Outro mérito do livro foi o ter redimensionado o processo de conversão dos chefes e das populações centro - africanas. Adotado pelo mani Congo, o catolicismo não era bem visto pelos povos das aldeias, que toleravam a presença dos missionários protegidos que eram pelos mani Congo. A conversão da elite governante deve ser entendida dentro da lógica das religiões locais, em constante renovação. Ensinamentos, ritos e símbolos foram entendidos a partir de seu próprio universo cognitivo.

Os próprios missionários capuchinhos desconfiavam de quão profunda era ela. Nesse sentido dirigentes africanos, em particular Njinga ao abraçar a religião cristã, “utilizava o catolicismo a partir dos sistemas simbólicos locais, especialmente no que se refere à afirmação do poder e à esfera do sagrado, com bom à relação entre ambos “ (p. 196). A rainha Njinga era considerada pelos conquistadores como um dos maiores entraves para a expansão da conquista.

Fazer memória da primeira evangelização da África, confirma a atualidade do convite de Ronilson Pacheco (2019, p. 66), teólogo protestante, pastor batista, ativista no campo dos direitos humanos e na temática racial:

É importante tanto desconstruir e ultrapassar a perspectiva de uma aceitação quase indefesa e dócil, sem resistência do povo africano à investida religiosa e armada dos colonizadores, quanto interessar-se pelos exemplos de insurgência que tiveram as narrativas do Antigo e Novo Testamento como inspiração, fundamentação e arcabouço.

O livro baseado na tese de livre docência de Marina de Mello e Sousa. Nele, a autora conciliou numa narrativa agradável, competência analítica e leveza na escrita.

Os quatrocentos anos de tráfico negreiro ligou profundamente África-Brasil, conhecer um pouco mais a história africana é conhecer também a nossa história. Livro recomentado para especialistas e não especialistas, interessados em conhecer a história do continente que foi berço da humanidade e a luta pela liberdade de uma nação que vem resistindo a séculos.

Referências

FROMONT, Cécile. *The Art of Conversion. Christian visual culture in the Kingdom of Kongo*. Chapel Hill: University of North Carolina, 2014.

HILTON, Anne. *The Kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford University, 1985.

PACHECO, Ronilson. *Decolonizar a Revelação. Teologia Negra e a afirmação do deus antirracista*. In: KUZMA, Cesar; ANDRADE, Paulo F. (Orgs.). *Decolonialidade e práticas emancipatórias: novas perspectivas para a área de ciências da religião e teologia*. São Paulo: Paulinas, 2019.

Recebido: 7 de agosto de 2020.

Aprovado: 15 de agosto de 2020.